

**POLÍTICAS PÚBLICAS E O PAPEL DO ESTADO: O MERCADO PÚBLICO
ITAQUIENSE**

**PUBLIC POLICIES AND THE ROLE OF THE STATE: THE ITAQUIAN PUBLIC
MARKET**

Leandro de Almeida Serres¹
Luzianara de Lourenço Marques²

Resumo: O presente artigo objetiva a análise bibliográfica dos modelos de políticas públicas e estruturas do papel do Estado, em sociedades fronteiriças, especificamente do Rio Grande do Sul, e pressupõe uma rede de interações que merecem destaque ao passo em que a formação do pensamento começa a tomar forma. Em um primeiro momento, é necessário realizar uma conceituação sobre o que é política pública, quais seus objetivos e características e, assim, determinar onde ela exige uma maior atenção no que se refere a sua efetivação por parte dos atores que detêm o papel de formulá-la e implementá-la. Entender o contexto socioeconômico e histórico do local onde se pretende implantar a política pública é um passo bastante decisivo na organização do trabalho, enumerando conceitos socioeconômicos, históricos, culturais e de que maneira esta política poderá incrementar estas estruturas a fim de efetivar o mecanismo de elevação da qualidade do local onde visa fazer parte. É importante salientar os atores que fazem parte deste processo, entender os jogos de interesse que permeiam a elaboração de uma política pública, como estes atores atuam em suas zonas de influência e podem trazer efeitos positivos e negativos na estruturação do programa a ser concretizado. Determinar o papel do Estado na organização das políticas de emancipação integram a corrente de pensamento que deve-se primar enquanto organização destas políticas. Para tanto, ater-se a modelos pré-existentes entre as teorias de fundamentação das concepções de Estado conhecidas estão totalmente em acordo com o proposto nesta análise. Por fim, eleger os modelos de análise e elencar seus autores, para fundamentar o trabalho no que tange ao processo de teorização do alvo da política com o que as referências trazem enquanto metodologias de aplicabilidade, visando uma maior assertividade ao processo decisório sobre a política a ser implantada.

Palavras-chave: Política Pública; Estrutura Socioeconômica; Restauro; Patrimônio; Atores; Identidade; Pertencimento; Estado.

Abstract: This article aims at the bibliographic analysis of public policy models and structuring of the role of the State in border societies, specifically in Rio Grande do Sul, and presupposes a network of interactions that deserve to be highlighted as thought formation begins to take shape. At first, it is necessary to carry out a conceptualization of what public policy is, what its objectives and characteristics are, and thus determine where it requires greater attention with regard to its implementation by the actors who hold the role of formula. it and implement it. Understanding the socioeconomic and historical context of the place where public policy is intended to be implemented is a very decisive step in the organization of work, listing socioeconomic, historical, cultural concepts and how this policy can enhance these structures in order to effect the elevation mechanism the quality of the place where you want to be a part. It is important to highlight the actors who are part of this process, understand the games of interest that permeate the elaboration of a public policy, how these actors act in their zones of influence and can bring positive and negative effects in the structuring of the program to be implemented. Determining the role of the State in the organization of emancipation policies is part of the current of thought that must be distinguished as an organization of these policies. For that, sticking to pre-existing models among the theories of foundation of the known conceptions of the State are totally in agreement with what is proposed in this analysis.

¹ Mestrando, Pela Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), Campus São Borja, Políticas Públicas de Restauro do Patrimônio Público, E-mail: leandro.serres@gmail.com

² Graduada em Letras Português e Literaturas da Língua Portuguesa, pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), E-mail: profluzi@hotmail.com

Finally, choose the analysis models and list their authors, to support the work with regard to the theorizing process of the policy target with what the references bring as applicability methodologies, aiming at greater assertiveness in the decision-making process about the policy. be deployed.

Keywords: Public Policy; Socioeconomic Structure; Restoration; Patrimony; Actors; Identity; Belonging; State.

INTRODUÇÃO

O trabalho da sociedade, além de permear a veiculação dos seus problemas para que, tanto o poder público como os próprios atores, tenham uma noção do que está sendo requisitado e quais políticas podem atingir tais finalidades, minimizando os problemas sociais. A fronteira-oeste, pujante celeiro nacional e um terreno fértil de historicidade, perdeu a partir da segunda metade do século XX, seu viés identitário, tornando-se uma região de êxodo populacional, em virtude da não associação do novo com o clássico.

Entender o papel do Estado para uma retomada da Identidade Cultural está totalmente consonante ao retorno do patrimônio cultural, para que as gerações sintam-se parte do local e, assim, auxiliem nas questões de melhoria e emancipação econômica, criando-se novas fontes de renda com base nessa historicidade, até então perdida.

O presente trabalho pretende trazer alternativas para que o Estado, em conjunto com a sociedade, implemente políticas públicas para promover o desenvolvimento econômico, social, político e cultural da fronteira, propondo políticas públicas de restauro do patrimônio público, apresentando alternativas que ampliem a obtenção de renda, através de novas frentes de trabalho, oriundas do turismo, da história e, principalmente da reocupação destes locais restaurados, associando o novo com o clássico, renascendo a história para a obtenção de melhores condições para a ocupação da sociedade.

DESENVOLVIMENTO

O que é relativo a identidade, a história e à memória de um povo são passíveis de reconhecimento e proteção.

A avaliação das políticas públicas deve começar por um princípio, onde o alvo seja a análise *ex ante*, com a finalidade de verificar, se as alternativas a serem propostas estão vinculadas à um problema específico e pertinente.

Deve-se construir, portanto, um objetivo claro quanto a atuação do poder público, para que este seja alcançado. Serão necessários no processo de análise *ex ante*, uma observância se as políticas públicas atendem as demandas sociais e os recursos sejam aplicados de forma

eficiente, causando uma sensação de “dever cumprido” e bem estar perante os atores sociais envolvidos, sejam eles os implementadores quanto os afetados por esta política.

A previsibilidade de problemas e erros deve permear a ação da análise, para que, durante o processo, não sejam detectados problemas que poderiam ser evitados já no processo inicial de fundamentação da política, acarretando em entraves ou fatores que desacelerem a construção do projeto.

O objetivo da análise ex ante é guiar a decisão para que ela recaia sobre a alternativa mais efetiva, eficaz e eficiente. A arena das decisões políticas deve estar em consonância com os elementos que a proposta visa elencar.

Criar uma política pública requer uma inserção efetiva na agenda governamental, fato este que deve estar originalmente claro e delimitado, como por exemplo: os atores envolvidos no processo de organização e criação, o alvo desta política, os recursos despendidos para que a política se efetive e o retorno que esta política trará para a comunidade, a cooperação e compreensão da mídia no papel de incentivadora e captadora dos anseios sociais na emissão de *feedbacks* sobre os resultados que a política pública irá alcançar.

Vivemos em uma sociedade complexa quanto às formas de compreensão e interesses que cercam as comunidades. A era da tecnologia nos impõe um ritmo de entendimento sobre o Mundo bastante controverso, seja pelo viés de apropriação destas inovações quanto ao entender o quanto elas são positivas ou negativas na constituição de nossa cidadania.

O Estado pode influenciar seus indivíduos, formulando leis para controlar seu andamento social. Para que haja Estado, deve haver uma relação de obediência entre o povo e os detentores deste poder.

Porém, o poder estatal se divide na grande quantidade de instituições que a administração pública se forma, restando pouco poder aos comandados, uma vez que, mesmo com essa diminuição, vê-se esse poder como legítimo.

Weber afirma que os Estados deveriam ter representantes eleitos pelo povo, porém este deveria exercer alguma influência no eleito, principalmente na legalidade deste ocupar o papel de representante.

Na fronteira, este papel se perdeu ao longo do tempo, aonde se evidencia o papel autoritário e individualista que estes “representantes” assumiram após ascenderem ao poder. Fica aí um questionamento acerca do que Weber (2008) conceitua como fidelidade ao poder, haja visto que o poder emana do povo e, o governante ao atingir seu objetivo, nega esta

premissa, governando em causa própria ou de uma minoria, que nada tem a ver com a grande massa que o colocara nesta condição.

Weber (2004) identifica poder com política e vice-versa, pois para ele só há política quando se vislumbra o poder. Só há ação política quando há luta por poder, quando o poder está em disputa. Nem todo poder é dominação, ela “é um caso especial de poder” (Weber, 2004, p. 695). Poder implica imposição da vontade a outrem, dominação implica obediência (idem, p. 696).¹ Logo, a dominação é o poder obedecido, incorporado. A dominação, para WEBER, é

[...] um estado de coisas pelo qual uma vontade manifesta (“mandato”) do “dominador” ou dos “dominadores” influi sobre os atos de outros (do “dominado” ou “dominados”), de tal sorte que em um grau socialmente relevante estes atos têm lugar como se os dominados tivessem adotado por si mesmos e como máxima de sua ação o conteúdo do mandato (“obediência”). (idem, p. 699)

Nomeia-se, exatamente aí, a capacidade que o governante possui de desvirtuar a sociedade através de implantação de políticas que privilegiam apenas os atores de seu agrado, promovendo nesta uma perda de conceitos identitários, que a levariam a entender o papel de agente do desenvolvimento social, histórico, político e cultural, que nada tem a ver com as verdadeiras intenções dos detentores da agenda pública.

Quando iniciamos uma nova reflexão acerca de nossa realidade, vamos nos deparando com fatores políticos (campanhas eleitorais), econômicos (períodos de estabilidade e crise), e sociais (afastamento dos jovens de assuntos referentes ao seu local de nascimento), acabam nos mostrando que a quebra de paradigmas e saberes empíricos estarão presentes em nossos esforços para transformar a história em algo presente no cotidiano do imaginário social, angariando argumentos para que estas histórias venham à tona por meio de trabalhos de pesquisa, buscando através das famílias detentoras destes conhecimentos, subsídios e fontes (orais, documentais) mesmo sendo, e alguns casos, uma tarefa bastante desafiadora.

Cabe ao indivíduo, estar preparado para que possa, frente este turbilhão de informações e interesses, pautar suas decisões em valores que elevem o conceito de “humanidade”, respeitando a diversidade cultural, a vida humana, o espaço, e à quaisquer outras diferenças, pelo simples fato de termos que exercer nossa imparcialidade para não nos tornarmos reprodutores de práticas elitistas ou fracassadas.

O trabalho acerca da compreensão destas informações e entendimento do papel que estas terão na formulação de uma nova concepção de pertencimento, não é uma tarefa simples.

Sua complexidade infere em entender quais mecanismos compõem as dinâmicas sociais e que eles exerçam forças motivadoras para trazer determinadas demandas para que estas se tornem, políticas públicas de fomento ao resgate do patrimônio histórico cultural na atualidade.

As dinâmicas de controle do homem por parte da sociedade e do Estado estão implicados em definir qual o papel de cada indivíduo neste cenário de evolução/retrocesso, dominação/dominado, apego/desapego. Para tanto, podemos utilizar diversas definições de Estado para alavancar a justificativa deste processo, mas utilizaremos algumas definições pontuais para entender o porquê de uma sociedade colocar-se numa situação de perda de sua identidade, descaso com seu patrimônio e desvinculação de seu povo às questões envolvendo a cronologia socioespacial, política e, porque não, identitária.

A Identidade Cultural fronteiriça estabelece-se como um elo que vincula seu povo aos meios pelos quais a economia está inserida no modo de pensar e agir destas sociedades, aonde o latifúndio demarca formas de pensar, agir e ser da sociedade.

A fronteira-oeste do Rio Grande do Sul, como um todo, inclui-se nesse espectro levantado por Weber, não só no que tange as relações de poder, mas na “violência” com que as tradições, os ritos e a história foram arrancadas do povo para que ele não tivesse como, futuramente, utilizar-se desta dinâmica de emancipação para negar abuso autoritário dos que comandam o Estado, como valorização de suas agendas de campanha em detrimento das reais necessidades sociais, perfazendo um caminho inverso do que as políticas públicas pregam, que é o atendimento de demandas sociais.

Aplicar estes diversos conceitos e entendimentos em um objeto de pesquisa é, além de uma análise profunda das bases que permeiam a sociedade fronteiriça (creio que em todos os rincões), mas também buscar soluções metodológicas para que percamos este caráter mandonista, coronelista ao qual estamos imersos. Criar políticas de reestruturação da identidade estão dentro, da criação de um novo modelo de Estado, onde as relações de poder sigam existindo, mas de uma forma onde haja um respeito ao que seus antepassados fizeram e que a essência destas normas sejam a evolução social como um elemento coletivo, deixando interesses individuais para um plano posterior.

Faz-se aí, necessário, uma nova sistemática de ações para promover o interesse coletivo em questões de ordem econômica, política, historiográfica, pois a sociedade obterá um conceito sobre si e entendendo-se enquanto grupo, poderá, de forma coletiva, determinar os rumos que ela mesma pretende tomar. Estes resultados serão o pilar para que a tomada de decisões sejam

ferramentas que ajudarão a ligar o que já existe, com a tentativa de determinar rumos mais frutíferos para retirar a sociedade fronteiriça desta condição de pobreza, não só econômica, mas também cultural e política.

Durkheim ao propor lições sobre a concepção de Estado, através do viés da sociologia, destaca que estas manifestações aqui expostas estão diretamente ligadas às vontades que os grupos sociais vão adquirindo no decorrer de suas evoluções, onde nem sempre o interesse coletivo é contemplado, até mesmo pelo fato de que os homens são pautados por valores éticos e morais, degradando-se destes em prol de um interesse privado, vinculado à sua manutenção enquanto centro do poder.

A partir da Décima Lição Durkheim examina uma nova forma de moralidade, uma moral mais elevada, que faz parte da esfera mais geral da ética, uma vez que é independente de qualquer condição local ou étnica. “Devo respeitar a vida, a propriedade, a honra de meus semelhantes e mesmo que não sejam meus parentes e meus compatriotas” (DURKHEIM, 2002, p. 153).

O objetivo deste artigo refere-se à proposição de políticas públicas de emancipação cultural através de estudos e debates sobre a importância do restauro do patrimônio público do município de Itaqui, a começar pelo trabalho de restauração do Mercado Público Municipal, tendo continuidade nas demais obras arquitetônicas que remetem ao momento mais imponente do município, onde vislumbra-se uma rota de visitas às famílias proprietárias destes prédios para que, juntamente ao objeto deste projeto, vão recolocando Itaqui numa rota do turismo histórico, criando uma nova ferramenta de gestão e fonte de renda para o município.

A estrutura organizacional ficaria a cargo da criação de um comitê municipal que, através de projetos vinculados ao IPHAN e IPHAE, organizaria a captação de recursos e formulação de políticas públicas de restauro ao patrimônio público municipal, visando recolocar Itaqui na rota do turismo histórico da fronteira do Rio Grande do Sul, trazendo um incremento ao município, não só econômico mas também cultural.

De acordo com DIAS (2003, p.121), política pública é:

[...] o conjunto de ações executadas pelo Estado, enquanto sujeito, dirigidas a atender às necessidades de toda a sociedade. Embora a política possa ser exercida pelo conjunto da sociedade, não sendo uma ação exclusiva do Estado, a política pública é um conjunto de ações exclusivas do Estado. São linhas de ação que buscam satisfazer ao interesse público e têm que estar direcionadas ao bem comum.

Uma das funções primordiais nesta etapa dos estudos é entender o processo de organização política das regiões de fronteira, sendo o ponto de partida mais pertinente para se verificar o quanto o patrimônio público foi sendo, no decorrer do tempo, depreciado e, tentar compreender e compilar estes motivos para que, no auge de sua compreensão, sirvam de subsídio para formular e determinar políticas públicas de restauro ao patrimônio público através dos prédios públicos esquecidos durante o século XX, justificado aos sucessivos períodos de crise que assolou a região, sobretudo no município de Itaqui.

O termo patrimônio supõe, portanto, uma relação com o tempo e com o seu transcurso. Em outras palavras, refletir sobre o patrimônio significa igualmente pensar nas formas sociais de culturalização do tempo, próprias a todo e qualquer sociedade humana (GUIMARÃES 2008, p. 19).

Vivemos hoje uma época de extrema carência de recursos que versam sobre a memória dos patrimônios culturais, que ajudam a contar a história de nossa sociedade e trazem às gerações que se sucederam no tempo histórico uma noção de pertencimento e valorização dos fenômenos locais, enxergando a história como uma colcha de retalhos que, costurados formam um fenômeno social gigantesco, chamado identidade.

Pierre Nora (1993, p. 57), nos explica que:

[...] esse arrancar da memória sob o impulso conquistador e erradicador da história tem como que um efeito de revelação: a ruptura de um elo de identidade muito antigo, no fim daquilo que vivíamos como uma evidência: a adequação da história e da memória.

Desenvolver um estudo acerca do processo de revitalização e restauração destas obras é trazer à tona a raiz cultural da memória do nosso povo, dando novos significados e criando uma identidade cultural de vínculo ao desenvolvimento da relação de pertencimento.

O processo de trazer à tona as problemáticas que fizeram com que o Mercado Público chegasse ao atual estágio de total degradação rompe a barreira da inércia histórica e promove uma revitalização, não só do patrimônio material, na figura do prédio, mas a retomada da identidade cultural fronteiriça, ao qual se busca o entendimento da riqueza documental adormecida que habita o imaginário popular.

Para que isso torne-se possível, o Comitê desenvolverá eventos para apresentar a comunidade aos objetivos propostos, através de palestras, cursos de capacitação, visitas às famílias tradicionais do Município, coletando informações e solicitando a doação ou

empréstimo de documentos que ajudarão a subsidiar a formulação dos projetos que trarão vida ao patrimônio esquecido durante os anos.

Porém, agora imbricados em formular políticas públicas que versem sobre estas esquecidas heranças, num sentimento de valorização do patrimônio cultural na revitalização do Mercado Público.

Segundo Manoel Luiz Salgado GUIMARÃES (2008, p.18) em sua obra intitulada: História, Memória e Patrimônio, remete à ideia que:

[...] uma reflexão em torno do patrimônio, definitivamente parte das agendas políticas contemporâneas, devem aproximar-se de uma investigação acerca da escrita da história, na medida em que podemos caracterizar o investimento patrimonial como uma escrita peculiar empenhada em narrar, segundo procedimentos também particulares, o tempo passado. Perceber as articulações possíveis com a escrita da história pode, segundo meu juízo, enriquecer nosso debate e nossa compreensão acerca do patrimônio, qualificando as necessárias e importantes políticas públicas de produção patrimonial da mesma forma que uma escrita acerca do passado demanda uma operação que transforme uma massa documental em fonte para a construção desse passado, é também uma operação, uma escolha e um ato valorativo aquele que produz objetos do passado em patrimônio cultural de uma coletividade humana. É igualmente a partir de traços do passado que o patrimônio pode empreender sua tentativa de reconstrução de uma cadeia temporal e hereditária, vinculando as gerações presentes àquelas que as precederam, estabelecendo por este meio importantes laços sociais, necessários à vida das coletividades humanas. [...]

O Brasil possui, mantidos pelo IPHAN e IPHAE, projetos e políticas para preservação e restauração do patrimônio cultural desde a década de 1930, porém nesse período a ideia de patrimônio ainda estava estritamente ligada à materialidade dos bens.

A Constituição Brasileira de 1988 amplia o conceito patrimônio, incluindo: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (BRASIL, 1988).

Ainda na Constituição Brasileira, o artigo 23 afirma que é responsabilidade da União, dos Estados e dos Municípios protegerem os documentos, as obras de valor histórico, artístico e cultural e o artigo 30 reafirma ser de competência dos municípios a proteção do patrimônio histórico-cultural.

Ao falarmos de patrimônio cultural estamos discutindo os elementos culturais simbólicos que nos tornam específicos, que nos diferenciam de outras sociedades. Se antes eram considerados patrimônios bens delimitados pela arquitetura e pelo campo artístico as

edificações, monumentos, obras de arte, atualmente a noção de patrimônio foi ampliada e abrange bens de natureza não só material, mas também imaterial:

De certo modo, essa noção expressa a moderna concepção antropológica de cultura, na qual a ênfase está nas relações sociais, ou nas relações simbólicas, mas não especificamente nos objetos materiais e nas técnicas (GONÇALVES, 2005, p. 21).

O problema, neste caso, está vinculado com a perda da identidade cultural que a sociedade teve, durante o processo de deterioração do patrimônio público. Itaquí deixou, no decorrer dos anos, de fazer parte de um grupo de municípios que teriam sua economia vinculada à pujança comercial através do Rio Uruguai, tornando-se palco de diversas atividades interligadas ao simples fato de ser margeado pelo rio.

Aspectos da cultura, como a construção do Teatro Prezewodowski (1883), que abarcava diversos espetáculos artísticos, como companhias de Teatro vindas de diversos lugares do Brasil e exterior, o Packing House, que foi durante o a primeira metade do século XX, centro econômico de captação, comércio e exportação de laranjas pelo município de Itaquí, além do casario antigo que margeava o rio, trazendo um perfil da pomposa aristocracia que compunha a elite social de Itaquí, onde deixara um enorme patrimônio histórico-cultural à deriva e esquecimento.

Segundo François HARTOG (2006, p. 272), “seria ilusório nos fixarmos sobre uma acepção única do termo”:

O patrimônio é uma maneira de viver as rupturas, de reconhecê-las e reduzi-las, referindo-se a elas, elegendo-as, produzindo semióforos. Inscrito na longa duração da história ocidental, a noção conheceu diversos estados, sempre correlatos com tempos fortes de questionamento da ordem do tempo. O patrimônio é um recurso para o tempo de crise. Se há assim momentos do patrimônio, seria ilusório nos fixarmos sobre uma acepção única do termo.

Nesse sentido, é importante percebermos que para existir uma efetiva reabilitação e valorização do patrimônio histórico é necessária uma série de instrumentos e práticas efetivas de políticas públicas. De acordo com Maria Cecília Londres Fonseca (2005, p.29):

Falar de política pública de preservação supõe não somente levar em conta a representatividade do patrimônio oficial em termos de diversidade cultural brasileira, como também uma necessária abertura para participação social na produção e gestão do patrimônio, como também as condições de apropriação desse universo simbólico por parte da população. Uma política pública nada mais é do que um conjunto de ações realizadas pelo Estado para atender as necessidades de toda sociedade a fim do bem comum.

A empreitada multidisciplinar que a elaboração deste projeto implica, está totalmente de acordo com o promissor potencial econômico que o este acarreta, trazendo emprego, através do fomento das atividades de consumo dos mais diversos segmentos (hospedagem, alimentação, transporte, mobilidade urbana, cultura), demonstrando o caráter incrementalista que a política pública assume. Lindblom entende que o processo de formulação está associado ao conjunto de interesses dos atores envolvidos.

Portanto, pensar em uma política pública de restauro do patrimônio está intimamente relacionado aos interesses dos atores sociais que envolvem a comunidade da fronteira, visto que as sociedades estão rumando para um caminho de reconstrução de suas identidades, com a finalidade de revigorar as relações de pertencimento e reconstrução histórica dos espaços locais, entendido como micro história, na composição do entendimento de grandes fluxos de conhecimento socioeconômicos, objetos da macro história.

Desta forma, ainda pensando na forma como Lindblom (2006, p.24) determina como deve ser o trabalho com a análise de políticas públicas, a proposta de criação de um sistema especializado em projetos de restauro ao patrimônio público reforça a teoria de que deve-se buscar soluções setoriais para os problemas, o que auxilia na identificação de problemas específicos e pontuais.

Quando se busca compreender o processo de análise das políticas públicas, Secchi deixa claro o papel delimitador do espaço no qual a política deve transitar até se tornar um projeto viável ao desenvolvimento das potencialidades que sua implementação prevê. Para tanto, SECCHI (2014, p. 61), evidencia que:

O analista de políticas públicas pode responder à indagações de tipo espacial referindo-se à cidade, ao estado ou ao país onde a política pública foi estabelecida. Ou, ainda, pode preferir distinguir em que esfera de poder a política pública foi formulada: Executivo, Legislativo, Judiciário, ou não governamental. Mas, especificamente, a dimensão espacial pode ser visualizada em níveis mais detalhados, por exemplo, no plenário da Câmara, no plenário do Senado, em determinada comissão legislativa ou em um fórum legislativo consultivo com a participação da sociedade civil. (2014, p. 61, negritos do autor)

Tais problemas denotam a perda da participação da identidade histórica do município na efetivação de ações sociais e econômicas de utilização do potencial turístico para alavancar a circulação de pessoas e serviços, bem como incrementar a relação de apego à historicidades itaquense.

O modelo de política racional se enquadra no processo de análise do ciclo da política pública de restauro, pois sistematiza o jogo de interesses e demanda uma atenção especial quanto aos reais interesses de cada grupo, para que não fique implícito nenhum comando que venha a desestruturar a política, deixando-a fadada ao fracasso por falta de diretrizes no que tange sua organização e construção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através deste pontapé inicial, que é a restauração do Mercado Público Municipal, alguns outros projetos surgirão, despertando no poder Público o interesse em prosseguir com formulação de projetos desta envergadura. Temos diversos outros pontos para focar o objeto de trabalho do Comitê, como o Teatro Prezewodowski, o “Castelo da Família Vidal”, a Casilha do Porto, a Flotilha dos Navais, e demais outros prédios históricos que estão perecendo pelo tempo e falta de cuidados.

A preservação destes patrimônios oportunizaria a organização de salas de exposições artísticas, museus, memoriais, todos tornando-se centros de visitação, onde poderão ser organizados por guias locais, estudantes de nossas escolas e universidades, gerando oportunidades de emprego e renda para uma parcela da população que ainda busca seu lugar no mercado de trabalho. Traria também uma nova oportunidade de renda para o município, fomentando a visitação, aquecendo a rede hoteleira, de alimentação, artesanato e, demais setores vinculados ao turismo que este projeto traria.

Promoveria também, a existência de profissionais disponíveis para a pesquisa, formulação, execução e análise desta e de outras políticas públicas vinculadas à organização social, econômica e histórica do Município, abrindo caminho para que o profissional em políticas públicas exerça sua função social dentro das comunidades nos quais estão inseridos.

O papel do analista de políticas públicas, quando se evidencia a importância do papel do restauro ao patrimônio histórico, deve estar relacionado à captação de informações para que suas ações estejam pautadas num processo organizacional que leve à decisões efetivas no combate ao determinado problema público. O analista, enquanto ator do processo, deve conhecer todas as ferramentas e criar hipóteses de implementação da política, sendo este um “curador” para a ferida, delimitando o processo de apropriação e solução do problema público.

No caso dos atores estarem em dissonância com o problema, o analista deverá angariar o máximo de informações para que possa persuadir de maneira efetiva e positiva os grupos

dominantes da elaboração e implementação de políticas públicas de restauro ao patrimônio e elevação do poder de retomada da identidade cultural e pertencimento.

Deverá este gerar alternativas para que os atores e grupos de interesse sejam determinado pela *policy analysis*, focado nos processos de: compreensão e identificação do problema, formulação de uma agenda pública e a proposição de alternativas para solucioná-lo.

Por fim, a função que as políticas públicas tendem a tomar na sociedade estão diretamente ligados ao processo de desmistificação do papel do Estado como o único proponente de soluções à problemas nem sempre sinalizados pela sociedade, clareando as diferenciações entre o que são políticas de Estado, políticas Sociais e políticas de Governo.

Cabe ao profissional técnico determinar as razões e os caminhos que deverão ser trilhados para que estas políticas realmente se efetivem e tornem-se soluções eficientes e eficazes para melhorar a vida da sociedade contemporânea, trazendo luz aos problemas elencados pelo clamor social, em busca da igualdade, justiça e minimização das mazelas ocasionadas pela heterogeneidade dos grupos de interesse pertencentes à nossa civilização.

REFERÊNCIAS

ARRETCHE, Marta. **Federalismo e políticas sociais no Brasil: problemas de coordenação e autonomia.** São Paulo em Perspectiva (Impresso), São Paulo, v. 18, 2004.

ARRETCHE, Marta. **Quem taxa e quem gasta: a barganha federativa na federação brasileira.** Revista de Sociologia e Política (UFPR. Impresso), Curitiba, p. 69-85, 2005.

BRASIL, Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF.
DIAS, Reinaldo. **Políticas Públicas: princípios, propósitos e processos/** Reinaldo Dias, Fernanda Matos. - São Paulo: Atlas, 2012.

DUARTE, Fábio. **Planejamento Urbano/** Fábio Duarte. – 2 ed. rev., atualizada e ampliada- Curitiba: Ibpx, 2001.

DURKHEIM, E. **Lições de Sociologia.** São Paulo; Martins Fontes: 2002.

FONSECA, Maria Cecília Londres. O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Minc-Iphan, 2005, 295p.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **Ressonância, Materialidade e Subjetividade: as culturas como patrimônios. Horizontes Antropológicos** (versão on-line). Porto Alegre, v.11, n. 23, jan/jun, 2005.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. **História, Memória e Patrimônio**, Rio de Janeiro: CIA das Letras 2008.

HARTOG, François. **VARIA HISTORIA**, Belo Horizonte, vol. 22, nº 36: p.261-273, Jul/Dez 2006

MATIAS- Pereira, José. **Manual de Gestão Pública Contemporânea**. – 3 ed. São Paulo:Atlas,2010.

NOGUEIRA, Antonio Gilberto R. **O campo do patrimônio cultural e a história: Itinerários conceituais e políticas de preservação**. – **ANTÍTESES**, v. 7, n. 14, Londrina: Paraná, p. 45-67, jul. – dez. 2014.

NORA, Pierre, **Entre memória e história: A problemática dos lugares**, *Projeto História: História e Cultura*, São Paulo, n. 10, 1993.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **Cultura e Patrimônio: Um guia**. Rio de Janeiro: Ed. Da FGV, 2008.
RUA, Maria das Graças. **Políticas Públicas**- Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; Brasília: CAPES: UAB, 2009.

SECCHI, Leonardo. **Análise de políticas públicas: diagnóstico de problemas, recomendação de soluções**. São Paulo: Cengage Learning, 2016.

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 12 ago. 2019. Disponível em <<https://wp.ufpel.edu.br/ppgmp/files/2016/11/Pol%C3%ADticas-P%C3%ABlicas-do-Patrim%C3%B4nio-Cultural.pdf>> acesso em: 10 ago. 2019.